

## Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

[Início](#) [Ações 1º Grau](#) [Ações 2º Grau](#) [Parecer](#) [Citações](#) [Intimações](#) [Audiências](#) [Sessões 2º Grau](#) [Buscas](#) [Estatísticas](#) [Outros](#)

**Operação realizada com sucesso. Protocolo:**  
**3090745220210531180456**

**Processo 0831337-30.2020.8.23.0010** ☆ -  
**(174 dia(s) em tramitação)**

**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário

**Assunto Principal:** 9597 - Seguro

**Nível de Sigilo:** Público

### Pendências

**Intimações não lidas:** Ver Intimação

#### Informações Gerais

#### Informações Adicionais

#### Partes

#### Movimentações

#### Apensamentos (0)

#### Vínculos (0)

##### Realces

**Realçar  
Movimentos de:**

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro  
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

**Ocultar  
Movimentos:**

☐ Inválidos

☐ Sem  
Arquivo

☐ Hab.  
Provisória

##### Filtros

**Movimentado Por:** ☐ Advogado ☐ Advogado NPJ ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

**Sequencial(Intervalo):**  ao  **Data do Movimento(Período):**  à

**Descrição:**

43 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 43

500 por pág. ▾

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado P
<input type="checkbox"/>	43	31/05/2021 18:04:56	<b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</b>
			JOÃO ALVES BARBOS <b>Procurador</b>
	43.1	Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2775457IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf
			Público
<input type="checkbox"/>	42	26/05/2021 18:29:42	<b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO</b>
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/05/2021)	Thiago Amorim Dos S <b>Advogado</b>
		<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b>	
		(Pelo advogado/curador/defensor de HUGO EDUARDO SILVA FIGUEIRA representado(a) por SEBASTIÃO EDUARDO DA SILVA FIGUEIRA) em 26/05/2021 com prazo de 15 dias úteis	Thiago Amorim Dos S <b>Advogado</b>
	41	26/05/2021 18:11:13	
		*Referente ao evento (seq. 38) JUNTADA DE LAUDO (24/05	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08313373020208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **HUGO EDUARDO SILVA FIGUEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

ITAÚ - UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 31/08/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: SEBASTIAO EDUARDO DA SILVA FIGUEIRA

BANCO: 341

AGÊNCIA: 06953

CONTA: 000000029239-5

Autenticação:

B578A5F23D784C9E7E7C625E3678ECA0FA459D1A544A13C0A38D7C153B66BEE5

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

membro inferior esquerdo

2ª Lesão

☒ 10% Residual

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 27 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**